



COLONIALIDADE, IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: LIMITES À DEMOCRACIA SUBSTANCIAL BRASILEIRA

COLONIALIDAD, IDEOLOGÍA DEL DESARROLLO Y DEPENDENCIA: LÍMITES DE LA DEMOCRACIA SUSTANCIAL BRASILEÑA

Isabela Lenoir Mendes¹

RESUMO

Em um contexto histórico em que o Brasil é atingido por uma crise econômica e a fragilidade das instituições brasileiras torna-se evidenciada, propus-me, neste artigo, a analisar as origens da ideologia desenvolvimentista e as razões de sua falência em um estado periférico como o brasileiro. Primordialmente, o mote do desenvolvimento econômico foi atrelado à perpetuação de uma produção científica etnocêntrica e ao domínio geopolítico pelo Norte Global, a partir da continuidade do legado da colonização, mesmo após a conclusão dos últimos processos de independência política. Nesse recorte, foi discutida a dependência histórico-estrutural brasileira e a adequação do discurso desenvolvimentista em diferentes períodos da era republicana no país, de modo a ressaltar as incompatibilidades entre a democracia concebida pelos modernos e a arquitetura socioeconômica dos países subalternos. Conclui-se, dessa forma, que a democracia, em seu sentido substancial pode ser melhor concretizada no Brasil, e em outros países latinos, caso nos engajemos com os conceitos de pós-desenvolvimento e pós-colonialidade. A superação do modelo político-econômico capitalista demanda, enfim, o rompimento com os paradigmas técnico-científicos e filosóficos cristalizados pela modernidade.

Palavras-chave: Colonialidade, democracia, dependência, desenvolvimento

RESUMEN

En un contexto histórico en el que Brasil es golpeado por una crisis económica y la fragilidad de las instituciones brasileñas se hace evidente, me propuse, en este artículo, analizar los orígenes de la ideología desarrollista y las razones de su

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes/MG
E-mail: isabela_lenoir@hotmail.com



fracaso en un estado periférico como el brasileño. En primer lugar, el lema del desarrollo económico estuvo ligado a la perpetuación de una producción científica etnocéntrica y al dominio geopolítico por parte del Norte Global, desde la continuidad del legado colonizador, incluso después de la conclusión de los últimos procesos de independencia política. En esta perspectiva, se discutió la dependencia histórico-estructural brasileña y la adecuación del discurso desarrollista en diferentes períodos de la era republicana en el país, con el fin de resaltar las incompatibilidades entre la democracia concebida por los modernos y la arquitectura socioeconómica de los países subalternos. Así, se concluye que la democracia, en su sentido sustancial, se puede lograr mejor en Brasil, y en otros países latinos, si nos comprometemos con los conceptos de posdesarrollo y poscolonialidad. La superación del modelo político-económico capitalista exige, finalmente, una ruptura con los paradigmas técnico-científicos y filosóficos cristalizados por la modernidad.

Palabras clave: Colonialidad, democracia, dependencia, desarrollo.

1 INTRODUÇÃO

Desde o princípio da era republicana, os percalços rumo à cidadanização do Brasil são demasiadamente árduos. Dentro da configuração global do capitalismo, o país sempre ocupou uma posição subalternizada, e internamente, as dificuldades para a sofisticação econômica e para o fortalecimento das instituições políticas são constantemente reiteradas a cada ciclo histórico. Segundo uma dinâmica de poder que entrecruza países centrais e periféricos, o Norte global sobrepõe-se pela opulência de sua indústria e pelo controle dos processos financeiros, enquanto os países do Sul global, quando não se perdem em submissão, estão enveredados por vias emancipatórias que almejam o “desenvolvimento”.

De difícil conceituação, o “desenvolvimento” é uma ideologia que conduz a uma conformação cultural, política e econômica dos países anteriormente demarcados pela posição colonial aos modos de existência dos europeus e norte-americanos, maiores beneficiários do processo de globalização. Trata-se, pois, de compreender a invenção da categoria “subdesenvolvimento” e as implicações históricas das tentativas de superá-la política e economicamente.

Neste trabalho, busquei investigar a fragilidade da democracia brasileira não apenas a partir da sua contraposição ao autoritarismo político institucionalizado.



A complexidade da democratização do Brasil foi por mim compreendida dentro do legado histórico colonial que perdura no país e, conseqüentemente, dentro de funções geopolíticas demarcadas pelos processos de troca globais. Inicialmente, analisei o conceito de desenvolvimento econômico, elucidando as particularidades históricas e epistemológicas que atravessam a propagação do racionalismo técnico-científico moderno e o padrão universal de poder a ele intrincado. No século XX, essa terminologia está vinculada à superação do colonialismo em seu formato jurídico-político, e sua subsequente reestruturação no período posterior à Segunda Guerra Mundial por novos meandros da lógica imperialista.

Em seguida, aprofundando o debate sobre a incompatibilidade do modelo desenvolvimentista com a estruturação das sociedades latino americanas, analisei seu caráter dependente de acordo com as teorias de Aníbal Quijano e Florestan Fernandes. Ressaltei, nesse aspecto, a racialização dessas sociedades, primordialmente a brasileira, bem como a vinculação de suas classes burguesas às elites brancas europeias. Esse contexto impossibilita, pois, o processo de cidadanização que implica na equiparação formal dos indivíduos, requisito essencial para a contratação do trabalho assalariado e o acesso às instituições políticas.

Por fim, investiguei como a ideologia desenvolvimentista foi balizada em diferentes contextos políticos no Brasil republicano, para exemplificar, de modo mais detalhado porém não exaustivo, o fracasso histórico de suas promessas civilizatórias. Cabe, portanto, constatar a falência do utopismo progressista que se atrela à era moderna, contrapondo-o à necessidade de despertar o imaginário coletivo para outras formas de organização sociais que possam superar o pensamento único, a dicotomia selvagem-civilizado, a separação entre homem e natureza e a categorização e exploração dos seres humanos.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E UNIVERSALISMO

Alcançar a verdade e toda a dimensão do que ela pode representar é um problema filosófico antigo, e a propensão humana a acreditar nessa possibilidade é



tanto um fenômeno religioso quanto político. Há ideias que se disseminam de forma esparsa e suas origens parecem mesmo divinas e deslocadas fora do mundo, entretanto, sua força ganha um corpo potente quando a contraposição ao que elas apregoam torna-se uma tarefa complexa para vozes dissonantes. Situado, entre tais ideias hegemônicas, o conceito de “desenvolvimento”, e dele ressoa todas as perplexidades que inevitavelmente surgem das tentativas de sua compreensão. Ligada a vontade de progresso, “desenvolvimento” seria uma dessas elucubrações das quais ninguém ousaria questionar a validade, posto que caracteriza uma aspiração humana a alcançar, social ou individualmente, a “versão melhorada” de seu protótipo primitivo. Uma sociedade desenvolvida, afinal, poderia ser aquela que alcançou patamares elevados de bem-estar coletivo e que goza dos melhores benefícios que a tecnologia oferece. Qual o caminho nos levaria a esse horizonte utópico? Desenvolvimento seria, então, um processo ou um estágio final de um estado-nação?

A resposta a essas perguntas e todas as implicações nelas envolvidas não podem ser consideradas de forma simplória. Devemos, nesta análise, perscrutar o contexto em que “desenvolvimento” se tornou uma proposta civilizatória universal, e de que formas o “canto da sereia” - como bem denominou Gilbert Rist - metamorfoseou-se através dos tempos e ainda continua a conquistar seus adeptos, mesmo que os resultados de suas práticas sejam tão pouco palpáveis, ou mesmo que a incongruência entre teoria e prática torne-se cada vez mais evidente. Há sempre um elemento externo, um agente a ser responsabilizado pela ineficácia dos projetos desenvolvimentistas, estes que, avaliados em sua pureza, parecem tão infalíveis. O desenvolvimento, contudo, remanesce como um eco persistente na contemporaneidade, mesmo diante de renovadas crises estruturais no atual modelo de produção.

O Brasil, geopoliticamente “periférico” dentro de um sistema econômico internacional capitalista, passou parte de sua história política e econômica no século passado submetido às intervenções pretensamente bem intencionadas dos Estados Unidos, e o papel que o país cumpriu na Guerra Fria nos condenou a duas décadas



de um regime de exceção militarizado. A configuração cambaleante do capitalismo nacional, entretanto, não permitiu uma transição completa para a democracia quando os ventos assim permitiram, e, ainda assim, por aqui os projetos de desenvolvimento continuaram a demonstrar sua face perversa até quando se tentou consolidar um governo relativamente antissistêmico, já mais de uma década após a promulgação da nova Constituição Cidadã, em 1988.

De fato, o desenvolvimentismo como ideologia do progresso tornou-se mais relevante a partir da Segunda Guerra Mundial. Como afirma Gilbert Rist (2002), entende-se que o desenvolvimento seria um problema dos países que precisam se curar da miséria que os acomete, mas a história mostra que tal questão e seus transtornos adjacentes são mesmo centrais para aqueles que se autodenominam desenvolvidos. Entretanto, a ampla aceitação de tais diretrizes por quem até então não parece se beneficiar delas pode ser inicialmente explicada pela autoridade que se atribuiu às ciências que as produziram.

Immanuel Wallerstein (2001) explica que um dos pilares ideológicos do capitalismo histórico é o universalismo como epistemologia. Nesse sentido, é costumeiramente endossado que certas verdades do mundo físico podem ser compreendidas em sua totalidade por um observador objetivo e neutro, produzindo-se assim, um conhecimento puro e liberado de subjetividades contextualmente relacionadas. Nos dizeres de Wallerstein (2001 p. 70), “tanto quanto uma epistemologia, o universalismo é uma fé”.

O desenvolvimento como ideia universal é sustentado por um discurso que o interpreta à semelhança de um fenômeno natural. Desde Santo Agostinho, a natureza e os acontecimentos históricos são vistos como manifestações conjuntas dos planos divinos para a humanidade. No Esclarecimento, o progresso passa a ser racionalmente interpretado como uma tendência propensa ao infinito (RIST, 2002). Assim, cristaliza-se no Ocidente a visão de que existe uma história natural da humanidade, e essa sugestão, está, a propósito, incutida no título “*A investigação sobre as causas e a natureza das riquezas das nações*”, obra mais famosa de Adam Smith. O desenvolvimento seria nada mais que uma fatalidade da história que dividiu



o mundo entre afortunados e desafortunados a partir de um determinismo inevitável, e esse desenho é uma revelação inexorável da superioridade intelectual europeia. Se o progresso é um caminho natural, cabe aos outros povos que ainda não o alcançaram encontrar as vias para percorrê-lo, de modo a um dia atingir o ritmo econômico das sociedades ocidentais. Dessa forma, o arco do desenvolvimento passaria pelas hordas selvagens primitivas, que “evoluem” para formas inferiores de civilização, até que se alcance o resplendor de superioridade no advento de suas eras industriais (RIST, 2002). O evolucionismo social baseia-se, pois, em uma deturpação da teoria de Darwin. Para tanto, ignora-se o fato de que a evolução das espécies, segundo a teoria darwiniana, sequer conclui pela existência de hierarquia ou melhoramento entre os tipos mais antigos e mais recentes.

“Sem embargo, a diferença entre essas duas teorias não se deve somente a que o evolucionismo social seja prévio ao evolucionismo biológico, mas sobretudo a que o primeiro é uma filosofia da história, baseada em uma hipótese não verificável de ordem teológica enquanto o segundo é uma explicação baseada em múltiplas observações que permitem entender a evolução das espécies vivas (...) Por outro lado, Darwin não pressupõe que as espécies mais recentes sejam necessariamente superiores às antigas. (...) o evolucionismo social tirou proveito de sua proximidade (semântica!) com o darwinismo, atribuindo-se uma certa garantia científica.” (RIST, 2002, p. 54)

De todo modo, o evolucionismo social permite que os países desenvolvidos promovam sua própria imagem como o futuro de todos os outros; estes, então, veem-se suprimidos de sua história e cultura, e simultaneamente fadados a perseguir os passos alheios. Tal ideologia disfarçada de teoria científica deu base de legitimidade para as novas ondas colonizadoras do século XIX, mais uma vez justificadas como um empreendimento generoso do mundo branco em civilizar sociedades atrasadas e povos menos iluminados (RIST, 2002). Novamente, esse engodo presta sua função para disseminação do desenvolvimentismo do século XX. Dessa forma, a etnicidade cumpre um papel fundamental na estruturação do capitalismo histórico, não apenas determinando a divisão do trabalho, mas construindo o sustentáculo intelectual adequado para as configurações e reconfigurações da dominação territorial. Assim como define Wallerstein (2001, p.69), o racismo é pilar cultural desse sistema econômico.



Há, pois, proximidade visível entre colonização e os sistemas de domínio que a precederam, ainda que os fenômenos não se sobreponham exatamente. A similitude se esboça, em demasiado, na perpetuação de uma ideologia que reverbera entre um discurso e outro, e nos métodos que tais empreendimentos aplicam para justificar a exploração ultramarina da natureza e de outros povos.

A expansão colonial, que se revela aos nossos olhos contemporâneos com toda sua violência prepotente, à época de seu patrocínio foi aventada como uma política de crescimento econômico contínuo e como uma concretização de um projeto filantrópico das raças superiores em compartilhar sua ciência e seu progresso (RIST,2002). Os propósitos intervencionistas que se escamoteiam nas declarações humanitárias, as quais exaltam uma pretensa virtuosidade religiosa, repetem-se no sistema de mandatos, após a Primeira Guerra, dessa vez intermediado pelo paternalismo internacionalista da Sociedade das Nações. Para além da sanha conquistadora, o mundo deveria permanecer unido e pacificado pela ordem dos vencedores. O domínio efetivo dos espaços é garantido, portanto, pelo exercício de autoridade simbólica que atua para manter o mundo coeso segundo a sistematização hierarquizada do universalismo etnocêntrico (RIST, 2002).

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, a reconfiguração do poder capitalista produz a doutrina do desenvolvimentismo, cujo mote é a categorização dos países a partir de uma gradação de seu estágio de “evolução”. Essa classificação, por óbvio, toma como critério uma avaliação autorreferencial por parte dos sujeitos que a promovem. A nova ordem emerge a partir da hegemonia estadunidense, e consolida a aparente posição crítica desse país à perpetuação das relações coloniais no século XIX. Em parte, essa postura tem algo de verdadeira, pois o desmantelamento dos impérios europeus era necessário para o alcance de novos mercados consumidores. Contudo, o imperialismo dos Estados Unidos é apenas uma nova face reestruturada da organização capitalista naquele século.

Tais continuidades explicam-se, como bem elucidada Aníbal Quijano (2000), mediante o conceito de “colonialidade de poder”: ainda que rompidos os laços oficiais e institucionais entre territórios dominadores e territórios explorados, o



controle do capital permanece nas regiões dominantes, e conseqüentemente, produz-se a divisão geopolítica do globo entre “centros” e “periferias”, e suas posteriores identificações com “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”. Essa primeira categoria nomeia um estado de sofisticação produtiva e acúmulo de riquezas, enquanto a última demarca a posição de persistentes mazelas sociais as quais remanescem sem uma explicação consistente.

Ideologicamente, a colonialidade de poder determina o assujeitamento das identidades no interior dos estados-nação independentes aos parâmetros superiores do branco europeu. Tais correlações de força inevitavelmente constroem as sociedades submissas, dificultando um olhar criativo para sua própria configuração, o qual permitiria a emancipação da violência compulsiva que há mais de quinhentos anos se repete sob novas conformações. A colonialidade de poder, enfim, determina também a colonialidade do saber e impede uma ruptura epistemológica com os referenciais do Norte global, e isso perpetua uma produção de conhecimento pretensamente neutra, mas que, na verdade, privilegia a manutenção da divisão internacional do trabalho (QUIJANO, 2000)

Esses fatores implicam a subsistência das relações desiguais de troca entre centro e periferia e a subalternidade das sociedades do Sul, as quais são forjadas e estruturadas conforme as dinâmicas do sistema-mundo, e portanto, não conseguem solidificar as suas instituições democráticas tampouco constituir política e juridicamente relações de cidadania ou inibir abusos de poder autoritário. As peculiaridades do capitalismo latino-americano, assentado em bases pós-coloniais de economia agrária e exploração de força de trabalho escrava ou servil, constituem em si um obstáculo para que esses países patrocinem suas “revoluções industriais” aos moldes do centro. Portanto, o espelho dos desenvolvidos não mostra nada além de uma miragem impossível, desconectada das nossas existências históricas.

3 DEPENDÊNCIA HISTÓRICO-ESTRUTURAL E ESTADO AUTOCRÁTICO



A análise da configuração socioeconômica dos países latino-americanos é essencial para que se perceba a impossibilidade de uma Revolução Industrial burguesa aos moldes europeus em territórios do Sul, portanto faz-se necessária uma digressão histórica para aprofundar a tese de que o desenvolvimento econômico espelhado aos padrões do Norte jamais encontrará uma concretude na realidade local. Por aqui, nunca poderemos experimentar algo como o capitalismo em sua fase madura ou em sua pretensa opulência civilizatória.

Como já exposto, a colonialidade do poder implica também a colonialidade do saber, e as universidades brasileiras não raro se puseram a elaborar uma sociologia oficial que se prestou a olhar para dentro com as lentes sequestradas pelos interesses de fora. Jessé Souza (2015) avalia que categorias weberianas, por exemplo, foram usadas para a construção da tese científica que sustenta a separação entre as sociedades avançadas do Norte e as atrasadas do Sul, em um ato de racismo velado que ele denomina de “culturalismo científico”. Souza demonstra como a atribuição de qualidades inferiores supostamente inerentes à raça dos latinos conduz a uma auto percepção negativa desses indivíduos em comparação às sociedades centrais, vistos, então, como cognitiva e moralmente superiores. Após a Segunda Guerra, o uso apologético do homem liberal racional estadunidense foi o elemento chave para que a tese da modernização ganhasse terreno definitivo.

De todo modo, buscando desmistificar as teses desenvolvimentistas e o mito da modernização nacional, um grupo de cientistas sul americanos tomou o capitalismo dependente latino americano como categoria de estudo, atribuindo a si próprios a tarefa de recriar os métodos de observação das realidades regionais e locais. O resultado, portanto, foi uma necessária desvinculação dos discursos oficiais que embasam as políticas internacionais desenvolvimentistas, cuja reverberação na produção científica interna faz-se notar tão severamente. Cabe ressaltar, nesse tópico, a contribuição de alguns desses pensadores.

Florestan Fernandes (2020) nos ensina que a consolidação do sistema de produção capitalista demanda a emergência de condições institucionais no bojo da



organização da sociedade, as quais permitem que esta se adeque e integre às dinâmicas da circulação econômica. Essa nova conformação é comumente designada por “ordem social competitiva”. No Brasil e em outros países de origem colonial, o capitalismo ainda incipiente depara-se com as estruturas econômicas, sociais e políticas adaptadas à lógica do antigo regime, de modo que se mostra clara a incompatibilidade da conjuntura sociopolítica com a solidificação dos fluxos de um mercado capitalista interno. (FERNANDES, 2020). Nesse cenário, essas estruturas coloniais inibiram a possibilidade de efetivo crescimento econômico nacional durante o período aproximado de um século (FERNANDES,2020).

“(…) a ordem social e escravocrata e senhorial não se abriu facilmente aos requisitos econômicos, sociais, culturais e jurídico-políticos do capitalismo. Mesmo quando eles se incorporavam aos fundamentos legais daquela ordem, eles estavam condenados à ineficácia ou a um atendimento parcial e flutuante, de acordo com as conveniências econômicas dos estamentos senhoriais (largamente condicionadas e calibradas pelas estruturas econômicas, sociais e políticas do mundo colonial).” (FERNANDES, 2020, p.151)

Dessa forma, constata-se que o capitalismo arregimenta-se em bases jurídico-políticas próprias, e a ordem senhorial e escravocrata que remanesca mesmo após a mudança nas configurações do sistema internacional não se adaptou de pronto a essas necessidades. A ordem social competitiva no Brasil e em outros países latino-americanos foi construída lentamente, a partir de uma gradual transformação das relações de produção e de mercado, à medida que as vigas da estrutura escravocrata davam sinais de desestruturação (FERNANDES,2020).

Aníbal Quijano (2000) define essa conjuntura a partir de uma necessária diferenciação entre dependência externa e dependência histórico-estrutural. Segundo o autor, a dependência dos países latino-americanos não provém, peremptoriamente, de uma subordinação entre nações: esta, por sua vez, é apenas consequência de uma dependência muito mais arraigada, cuja origem remonta às condições históricas determinadas pelas relações coloniais. Segundo Quijano, a dependência dos capitalistas senhoriais brancos articula-se em torno de seus interesses raciais e sua identificação imediata com as elites europeias.



Quijano explica que as elites senhoriais agrárias nada tinham de interesse em comum com negros e índios, cuja força de trabalho eles exploravam. Não havendo, pois, uma identidade nacional homogênea que pudesse guiar a criação de sujeitos de cidadania na formação de um Estado-Nação democrático o qual viria a mediar as relações de troca capitalista, esses senhores brancos voltavam os olhos para a burguesia europeia, com quem se identificavam e associavam. Ademais, a fortificação de uma classe trabalhadora assalariada, nos moldes dos estados capitalistas do centro, era um desses elementos da ordem social competitiva que ia de encontro à intenção dos capitalistas agrários de reproduzir seu poder a partir da grande propriedade de terra e dominação corporal das “raças inferiores”.

Logo, a colonialidade do poder desses capitalistas senhoriais era um empecilho para que o capital comercial, advindo da exploração de escravos e servos, fosse transformado em capital industrial, e por essa razão, tal classe articulou-se como uma sócia menor da burguesia europeia. Quando o processo de industrialização tem por aqui seu início tardio no contexto mundial da crise de 1930, o objetivo primordial não é uma transformação radical e estrutural nos condicionantes da economia local, mas apenas uma tentativa de implementar um modelo de substituição de importações para que pudessem ser atendidas as demandas de consumo das elites e dos grupos médios, por ora prejudicadas (QUIJANO, 2005).

“As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho.” (QUIJANO, 2005, p.118)

O objetivo da burguesia brasileira (e também das outras latino-americanas) jamais foi promover uma revolução ao espelho do que aconteceu na França, imbuindo as gentes locais com um renovado espírito que aspira a unidade nacional e à democracia. Durante a Primeira República brasileira, coexistem duas nações: uma ordem civil para uma minoria branca, e outro regime de



permanente exceção para a larga maioria de pessoas relegadas à condição de nulidade existencial.

Como aponta Florestan Fernandes (2020), a burguesia local é apenas moderadamente modernizadora, e seus empreendimentos são circunscritos às exigências imediatas de realização de atividade econômica que patrocinam. Por aqui, burgueses jamais seriam arautos da civilidade, pois corriam o risco de inspirar, no povo oprimido trabalhador - negros e índios - a arriscada percepção de suas reais potencialidades. Essas populações sequer foram incorporadas como mão de obra assalariada nos primórdios da industrialização, preferindo-se a isso o estímulo à imigração de europeus e asiáticos, que ademais viriam cumprir uma função de embranquecimento da sociedade. Dessa forma, a partir dos parâmetros eurocêntricos de racialização e divisão do trabalho, os interesses da burguesia externa e interna convergiam na necessária configuração das economias locais como um satélite dos grandes centros capitalistas.

Assim, a formação do Estado-Nação no Brasil não se dá a partir da adoção de um signo de igualdade formal jurídico-política que dê sustentação ao ideal da democracia liberal. Pelo contrário, a burguesia local adota procedimentos autocráticos para controle do Estado, na mesma medida em que qualquer tipo de institucionalidade democrática revela-se praticamente ineficaz. (FERNANDES,2020).

A construção do moderno Estado-Nação europeu, afinal, perpassa pelo estabelecimento de um poder unificador que tende a homogeneizar identidades no interior do seu território, criando entre elas um laço uniformizador e pretensamente indissolúvel diante da ideia nacional. Pelo Sul, esse processo violento, porém essencial para sustentação do capitalismo, não chega a se consolidar plenamente. No Brasil, e em outros países latino americanos, diversos grupos étnicos são radicalmente excluídos de qualquer sentimento de nacionalidade e de pertencimento, fragilizando, por conseguinte, a estrutura sociopolítica ínsita à civilização capitalista.

4 DO DESENVOLVIMENTISMO NACIONALISTA AO NEOLIBERALISMO



Ainda que a estrutura arcaica pós-colonial tenha perdurado política e economicamente mediante continuidades estruturais determinantes da dependência, faz-se necessário analisar, mesmo que brevemente, como o discurso desenvolvimentista foi aplicado em diferentes períodos históricos brasileiros, a partir do fim da República Velha. Pretendo discorrer sobre as maneiras em que tal projeto econômico foi atrelado aos dispositivos autocráticos do Estado brasileiro, sob os auspícios das burguesias interna e externas, e também sobre os períodos em que ele foi aplicado em consonância a propósitos democráticos de bem estar-coletivo ou de redistribuição de renda. Como resultado, resta demonstrar as fissuras inevitáveis nesse caminho tortuoso, seja em um modo, seja em outro.

No período de 1930 a 1980, o sistema de acumulação operante no Brasil foi impulsionado pela ISI, industrialização por substituição de importações. A ISI foi orientada pela produção interna de bens manufaturados e de serviços auxiliares, e fundou-se no alargamento da infraestrutura econômica, marcadamente insumos essenciais e de serviços públicos, como água, saneamento, transporte (MORAIS e SAAD FILHO, 2018).

Politicamente, a ISI era sustentada pela ideologia do intervencionismo estatal e voltada para a prática do desenvolvimentismo nacionalista. Durante o período que se estende pela Era Vargas, governos populistas, formas limitadas de democracia, e regimes ditatoriais, essa variante de política para o desenvolvimento foi um instrumento necessário à industrialização e também um mecanismo conservador de controle à dissidência e “pacificação” de conflitos sociais latentes (MORAIS e SAAD FILHO, 2018).

A legitimidade de tais projetos esteve basicamente sustentada pelo populismo político. Nos países latino americanos, onde a identidade nacional é tão fragilmente costurada, o populismo foi um sistema de construção da ideia de nação em torno de uma figura masculina carismática, o qual vem a cumprir um propósito duplo de expressar o projeto econômico nacionalista, e transformar a si próprio em um porta-voz das demandas populares. Geralmente, o populismo político torna-se um motor de contradições, ao ser hábil a promover transformações econômicas e,



simultaneamente, intermediar entraves para consolidação de instituições democráticas e para o protagonismo das massas (MORAIS e SAAD FILHO, 2018).

Nos anos 60, no contexto delineado pela Guerra Fria e pelas estratégias de política externa dos Estados Unidos, o sistema representativo plasmado no populismo acaba por se arrefecer, e em seu lugar, no Brasil e em outros países da América Latina, governos eleitos são depostos para abrir espaço aos regimes ditatoriais de caráter militar. A concretização do golpe foi possível graças à articulação entre capital industrial interno, capital externo, proprietários de terras e classe média urbana, os quais se uniram contra o reformismo de João Goulart em direção a uma integração à economia global liderada pelos EUA, que à época ainda estava em um ciclo expansivo.

A tecnocracia da ditadura se propagandeava como gestão eficiente capaz de conduzir o país ao crescimento econômico, a partir de uma política industrial que estimulava a penetração de capitais externos e ao desenvolvimento do setor financeiro, na mesma medida em que patrocinava a repressão aos sindicatos e o arrocho salarial, além de sufocar qualquer tipo de oposição política. Em 1974, o governo militar lançou o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento cuja promessa ecoava os mantras econômicos sobre a possibilidade do país finalmente se livrar de seu *status* inferior. O propósito do II PND era, por meio de empresas estatais, conduzir uma série de projetos grandiosos em infraestrutura, os quais encontraram problemas em seu financiamento devido ao cenário de turbulência global propulsionada pela crise do petróleo. Incapaz de financiar o II PND, o governo brasileiro recorreu a empréstimos externos por meio de estatais, o que desencadeou, continuamente, um processo de endividamento público. Ao mesmo tempo, o capital nacional desvinculou-se do projeto, justificando a preferência por uma política contracionista demarcada pela ideologia liberal, em vez de um “intervencionismo burocrático”. Por conseguinte, o desenvolvimentismo, nos finais dos anos 70, começa a ser abandonado pelos capitalistas em favor dos ventos neoliberais (MORAIS e SAAD FILHO, 2018).



O neoliberalismo é uma prática política e econômica que afetou o Brasil a partir da década de 80, conduzindo o país para a “reabertura democrática” demandada pelas novas correlações do capitalismo global. Para entender como o neoliberalismo ascendeu e dominou o mundo até o momento presente, é necessário recapitular o contexto histórico que possibilitou essa transição. No cenário do pós Segunda Guerra, a maior parte dos países da Europa ocidental foram reconstruídos segundo um modelo de estado social democrata, ou outras variedades de dirigismo. Pretendia-se, com essa estruturação, assegurar uma coesão internacional que tivesse força o suficiente para evitar o ressurgimento das condições que possibilitaram a crise de 1930 e a eclosão de conflitos explosivos que culminaram em duas guerras de grandes proporções dentro do próprio território europeu. As sociais democracias europeias promoviam a livre distribuição do poder estatal em conjunto com os processos de mercado, mediante uma espécie de conciliação entre elites e classe trabalhadora na manutenção de patamares adequados de bem-estar social por meio de proteção ao salário, direitos trabalhistas, garantia de serviços públicos e acesso à seguridade. Não era incomum, inclusive, que o Estado controlasse setores estratégicos da economia (HARVEY, 2011).

Para David Harvey (2011), no princípio da segunda metade do século XX, essa configuração dos estados centrais do capitalismo funcionava como um estratégico “liberalismo embutido” que, apesar de inicialmente bem sucedido para o crescimento econômico nesses países, jamais impulsionou o sonho do desenvolvimento no “Terceiro Mundo”. Porém, à medida que esse modelo apresentava sinais de esgotamento e não mais atendia às necessidades de acumulação, uma virada alternativa precisou ser desenhada no horizonte. A neoliberalização emerge, portanto, em um contexto onde era necessário exortar e sacralizar as liberdades individuais, o poder dos contratos, o direito inalienável à propriedade privada, a desvalorização dos espaços e usos públicos dos bens comuns - os quais, seriam, se relegados ao coletivo, “desperdiçados” em seu potencial - e a quase absoluta desregulamentação dos mercados em favor da ideia de liberdade econômica provedora de desenvolvimento (HARVEY, 2011).



“O liberalismo embutido produziu elevadas taxas de crescimento econômico nos países capitalistas avançados durante os anos 1950 e 1960. Isso dependeu em parte da “generosidade” dos Estados Unidos em aceitar déficits com o resto do mundo e absorver todo o produto adicional dentro de suas fronteiras. Esse sistema trouxe benefícios como mercados de exportação de expansão (mais obviamente para o, Japão, mas também, desigualmente, na América do Sul e em alguns outros países do Sudeste asiático), mas as tentativas de exportar o “desenvolvimento” para boa parte do resto do mundo em larga medida malograram. Para boa parte do Terceiro Mundo, particularmente a África, o liberalismo embutido continuou a ser um sonho distante.” (HARVEY, 2011, P. 21”

O projeto neoliberal continha, em seu bojo, uma teoria de legitimação baseada no utopismo burguês da livre sociedade de mercado, teoria esta que sustentava um projeto político de reestruturação das condições de acumulação no capitalismo e conservação da ordem social hierárquica em favor das elites econômicas (HARVEY, 2011). Esses princípios teóricos, contudo, sempre que dissonantes com a concretude dos resultados das práticas econômicas neoliberais, poderiam ser facilmente reinterpretados ou esvaziados de sentido, de modo a permitir, ideologicamente, a continuidade do modelo.

Na América Latina, o domínio neoliberal assentou-se de diferentes formas, de acordo com conjunturas políticas locais, a depender das condições de cada país. Especialmente no Chile, o neoliberalismo conjugou-se com as bases do regime ditatorial de Pinochet, em uma peculiar amostragem da esquizofrenia teórica que possibilitou, às claras vistas, a união de um estado forte e autocrático com princípios liberais (HARVEY, 2011). Por sua vez, no Brasil, enquanto os militares não mais eram úteis para os desígnios econômicos do poder hegemônico, os capitalistas perceberam que o movimento democrático das esquerdas em ascensão poderia causar instabilidades. Por essa razão, entenderam ser necessário uma transição ao regime democrático intermediada pela adesão de políticos conservadores, capazes de direcionar a legitimidade do novo sistema, ao mesmo tempo em que minavam o potencial emancipador dos movimentos populares (MORAIS e SAAD FILHO, 2018).

A emergência da reabertura democrática no Brasil, ou período da Nova República, foi possibilitada por um pacto político conciliatório que blindou os militares das acusações pelos seus crimes e manteve a estrutura de dominação econômica, mas ao mesmo tempo reconheceu direitos para os trabalhadores e para os pobres,



e a cidadania universal. Como resultado da reestruturação do estado brasileiro, foi promulgada uma nova constituição em 1988. O novo documento sustentou a aliança frágil entre as classes e apaziguou divergências entre frações da burguesia comprometidas com o desenvolvimentismo nacionalista, e outras frações que estavam voltadas para concretização do projeto neoliberal. Para atender as demandas populares dos movimentos sociais que participaram ativamente desse período, foi arquitetado um tardio projeto de Estado de bem-estar social distributivo que seria financiado por intermédio da vinculação orçamentária de despesas mínimas.

Entretanto, o Brasil, em virtude de sua posição periférica e sua dependência histórica, encontraria dificuldades futuras para se desvencilhar das novas configurações do capitalismo global, que nos fins do anos 80, já era fortemente imbricada ao neoliberalismo e, portanto, propensa à desarticulação de provisões e serviços pelo Estado. Nos anos 90, o país sofreu uma onda privatizante e a recente “Constituição Cidadã” foi alvo de consideráveis reformas em sua estrutura protetiva. Somente a partir da década que se seguiu, com a onda de “governos progressistas” eleitos por toda a América Latina, esboçou-se alguma reação ao domínio neoliberal, ainda que o período seja marcado por muitas contradições (SANTOS,2018).

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores foi bem sucedido em eleger Lula presidente pela primeira vez. A origem popular do partido e seu vínculo com os movimentos sociais alimentaram a esperança de que, finalmente, o Brasil pudesse solidificar um regime democrático efetivamente inclusivo. Entretanto, a vitória de Lula foi possibilitada em virtude dos compromissos assumidos por ele em sua “Carta ao Povo Brasileiro”, lançada no período que antecedeu as eleições. O neoliberalismo já havia se tornado o sistema de acumulação hegemônico em todo o mundo: trata-se, pois, da estruturação de um modo de ser do capitalismo que se arrasta até os dias atuais. A Carta, na realidade, era uma promessa de adequação aos princípios norteadores desse modelo. Ao assumir o governo, Lula não se desfez de seu compromisso com as elites econômicas, e por conseguinte, não criou muitos



empecilhos aos processos de liberalização que já estavam em curso (MORAIS e SAAD FILHO, 2018).

Naquela década, o Brasil viveu um período de otimismo fincado no *boom* de exportação de matéria-prima para a China, e Lula soube aproveitar a boa fase para dar vazão a uma série de programas sociais que ajudaram o país a mitigar a situação de miserabilidade e melhorar, no geral, as condições de vida dos trabalhadores e da população pauperizada. Contudo, o argumento de que o país havia se afastado por completo das políticas neoliberais do governo antecessor não era convincente, muito embora fosse endossado o discurso de que estava em curso, no dado momento, a implementação de um projeto “neodesenvolvimentista”. Luis Fábio Barbosa dos Santos (2018) avalia que o neologismo é muito mais uma retórica governamental do que um projeto inovador concreto. O neodesenvolvimentismo é caracterizado por seus propositores como uma política econômica híbrida que supostamente conjuga os “melhores aspectos” do neoliberalismo (abertura ao capital internacional, austeridade fiscal, compromisso com estabilidade da moeda) e os “pontos fortes” do desenvolvimentismo nacionalista (crescimento econômico, Estado interventor e industrialização) (SANTOS,2018). No entanto, a conjugação de tais características é contraditória, o que revela, na verdade, uma tentativa de resgate do ideário do desenvolvimento nacional, desvinculando-o do contexto histórico que possibilitou o sonho de emancipação civilizatória no capitalismo da periferia global, para assim usá-lo como o elemento diferenciador positivo da “onda progressista” (SANTOS, 2018). Por fim, o saldo dos projetos que conciliaram neoliberalismo e desenvolvimento foi a intensificação da desindustrialização, desregulamentação das relações de trabalho, e aumento da devastação ambiental.

Parece-me, afinal, que a crítica ao neodesenvolvimentismo deve retornar à essência do embate à ideologia do desenvolvimento como sinônimo de progresso e racionalidade científica. Por toda a América Latina, quando governos teoricamente antissistêmicos alçaram-se ao poder por vias democráticas, mais do que uma oposição ao capitalismo, o máximo que puderam fazer, até mesmo por razões



estruturais, foi oferecer uma vertente socializada do atual modelo econômico, cujos efeitos são apenas amenizadores da face mais perversa do capitalismo. Não à toa, esse período da história recente do continente latino americano ficou conhecido como “onda progressista” - embutiu-se, na nomenclatura, um indicativo de evolução social. Alberto Acosta (2016) relembra as lições de Aníbal Quijano quando aponta uma tendência contemporânea a adjetivar o desenvolvimento com qualquer verniz que o faça parecer mais palatável, como “sustentável”, “humano” ou “regional”. Resta, diante da escassez de resultados realmente frutíferos advindas dessas experimentações, a impressão de que a fé na crença universal seguiu o curso da história sem muitas fissuras, apesar de apresentar-se, vez ou outra, com novas vestes. A humanidade - principalmente os povos subalternizados - precisa, pois, encarar a difícil tarefa de superar a razão desenvolvimentista, em vez de simplesmente tentar disfarçá-la com nomes mais atraentes.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento, seja como progresso científico e tecnológico, seja como uma proposta de caminho alternativo que, em teoria, prioriza aspectos humanitários ou sociais, é um modelo atualmente condenado à exaustão. Em quaisquer de suas formas, sobressaem-se a completa inviabilidade ecológica, bem como a impotência para resolver fissuras estruturais ínsitas às contradições do capitalismo, as quais produzem condições de vida geradoras de ampla miséria, desigualdade social, submissão e todo sofrimento adjacente.

Immanuel Wallerstein (2001) elucida que a ideia civilizatória encampada pelo progresso assentou teoricamente a transição do feudalismo para o capitalismo, mas não foi superada por correntes contra hegemônicas que pretendiam superar esse último modelo de acumulação, como o marxismo, por exemplo. Wallerstein (2001) discorda de que a transição ao capitalismo histórico foi conduzida por uma burguesia progressista que derrota, enfim, a aristocracia feudal ultrapassada. Para o autor, a melhor interpretação seria aquela a concluir que o capitalismo histórico é



resultado da transformação da aristocracia fundiária em burguesia, devido a desintegração do antigo sistema e a necessidade daí advinda de rearticulação das relações de poder. Portanto, Wallerstein (2001) aponta que é fundamental questionar se as futuras transformações sociais vão efetivamente conduzir a um distinto sistema deslocado da ideia de progresso. Trata-se, pois, de reerguer novas utopias que possam ser capazes de definitivamente romper com a racionalidade que mantém o funcionamento orgânico da sociedade capitalista: uma alternativa ao desenvolvimento conclama novos modelos de pensamento e novas gramáticas.

Há que se pensar em um novo sistema social e econômico que não se amarre à racionalidade moderna: uma verdadeira alternativa emancipatória deve constituir-se a partir de uma utopia capaz de concretizar viabilidades para fora da estruturação própria do capitalismo. Na realidade latino americana, projetos transformadores de cunho popular não raro sucumbiram à ordem mesmo quando aspiraram à radicalização, e esses percalços, segundo afirma Fabio Luis Barbosa dos Santo (2018), podem ser atribuídos à derrota histórica imposta pelo reacionarismo contrarrevolucionário que aqui teve lugar durante o período da Guerra Fria.

Não se trata, entretanto, de encontrar uma resposta direcionada e única para superação do desenvolvimentismo, mas de fazerem prevalecer as filosofias e práticas que outrora foram submergidas pelo colonialismo. A esse respeito, Alberto Acosta (2016) aponta que a utopia indígena, por exemplo, é avessa aos parâmetros modernos que estabelecem a dicotomia entre selvagem e civilizado, relação que demarca a “inferioridade” social e econômica dos países latino americanos. O autor demonstra que a sociedade do Bem Viver, inspirada pelo paradigma quíchua *Sumak Kawsay*, é uma alternativa concreta ao desenvolvimento, por meio da qual se desarma a meta universal do progresso designada pelo crescimento econômico mecanicista. O Bem Viver, segundo Acosta (2016), é uma soma de práticas de resistência às sequelas do colonialismo, um modelo de subsistência comunitário que se opõem essencialmente às práticas econômicas embasadas na liberdade



individual e na anulação do outro, traços estes tão típicos do sistema de acumulação capitalista.

Karl Polanyi (1980), em sua análise sobre as transformações sociais propulsionadas pelas mudanças econômicas do século XIX, conclui que por mais que seja defendida a existência de mercados livres, bem sabemos hoje que a emergência desse modelo não foi resultado de uma lenta emancipação dos mercados em relação ao governo que os controlaria. Trata-se, na verdade, da situação contrária: a intervenção estatal foi essencial para que pudesse ser moldada uma sociedade servil aos fins econômicos daquele modo de produção industrializado. Dessa forma, foram forjadas, em todos os âmbitos da vida, as condições para a conformação de uma sociedade essencialmente organizada segundo princípios concorrenciais baseados na escassez, pautada pelas metas de desenvolvimento econômico, e movida por uma concepção extremamente restritiva de liberdade.

Estando, pois, as relações capitalistas concatenadas segundo princípios de sujeição e hierarquia entre classes, raças e gêneros, há que se pensar em uma nova rearticulação que possa desalinhar essas configurações de poder. Nas sociedades periféricas, estruturalmente dependentes do centro, a superação da colonialidade também implica o fim da dominação geopolítica pelo Ocidente, que ultrapassou os primórdios das grandes navegações, com a chegada dos europeus às Américas, até a era contemporânea.

Mendieta (1998) precisamente afirmou que a pós-modernidade nada mais é do que uma modernidade mimetizada por outros meios. É necessário, então, complementar tal noção com o conceito de pós-colonialidade, para que assim possamos, de fato, sermos liberados dos efeitos nefastos dessa perpetuação. Os delírios da ideologia desenvolvimentista e seus rastros destrutivos são, enfim, empecilhos para concretização de uma ideia renovada sobre democracia, desvinculada da representatividade política em instituições do estado e mais arraigada ao senso de pertencimento coletivo e usufruto igualitário e comum das potencialidades do trabalho e da natureza.



REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **A Sociedade do Bem Viver**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

MENDIETA, Eduardo. Modernidad, posmodernidad y poscolonialidad: una búsqueda esperanzadora del tiempo. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago e MENDIETA, Eduardo: **Teorias sin disciplina (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate)**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998, pp. 102-121.

MORAIS, Lecio; SAAD FILHO, Alfredo. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

RIST, Gilbert. **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Madrid: Catarata, 2002.

SANTOS, Fábio Luís Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana**. São Paulo: Elefante, 2018.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em: LANDER, E. *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005, pp. 107-130

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, 2000, Vol. 6 N 2

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: As Origens da Nossa Época. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização Capitalista**: Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.